

A INVENÇÃO DO *SOLDADO CIDADÃO* PIAUIENSE NOS ANOS DE MOBILIZAÇÃO DE GUERRA (1942 a 1945)

CLARICE HELENA SANTIAGO LIRA*

O universo militar brasileiro nos tempos da Segunda Guerra, se comparado a outras forças que participavam do conflito, era bastante obsoleto. A doutrina adotada nas unidades de todo o país era herança da Missão Militar Francesa que valorizava uma maior centralização e coesão militar reduzindo a possibilidade de quebras de hierarquias (CARVALHO, 2005, p.28-29). Assim a preparação dos militares da ativa e dos civis convocados que integraram a Força Expedicionária Brasileira (FEB) mostrou-se ineficiente diante do modelo de exército exigido pelos norte-americanos. Dessa forma, pretende-se com esse artigo discutir o tipo de soldado que se constituía no Piauí, no período da mobilização de guerra, a partir das contradições existentes entre a memória oficial/heróica do exército brasileiro que circulavam no 25º BC (Batalhão de Caçadores) e na 26ª CR (Circunscrição de Recrutamento) e as práticas cotidianas que efetivamente se estabeleciam nessas unidades.

No primeiro semestre de 1943, anunciava-se, aos poucos, maior atuação do Brasil no conflito mundial, com a possível inserção das Forças Armadas no teatro de guerra. Propagava-se também, nos noticiários locais, que o ministro da Guerra, Dutra, “por sua grande competência”, já teria remodelado o Exército para as novas necessidades que se apresentavam. E que o mesmo correspondia aos desejos do “[...] chefe da Nação e aos anseios não só das Forças Armadas, já agora em ótimas condições de preparo técnico, como da população em geral, que trabalha e prospera à sombra vigorosa e protetora dessa gloriosa instituição nacional” (DIÁRIO OFICIAL, 18 de maio, 1943, p.1).

Apesar da afirmação feita pelo *Diário Oficial* sobre as ótimas condições das forças de terra brasileiras, a situação do Exército, nesse período, ainda não era das melhores. Às vésperas da mobilização, o Exército compunha-se de pouco efetivo e a instrução da tropa era baseada em uma doutrina ultrapassada para as condições de uma guerra moderna, além da grande quantidade de equipamentos “[...] antiquados e em

* Universidade Estadual do Piauí

Mestre em História do Brasil

número insuficiente para atender às novas exigências” (CASTELO BRANCO, 1960, p.77).

Conforme pode ser visto, o DEIP, através do *Diário Oficial*, tratava de produzir uma imagem de que as Forças Armadas Brasileiras se equiparavam rapidamente às forças armadas dos países que lutavam na Europa. Era lembrada, também, na mesma matéria, a visita do ministro da Guerra ao Piauí e a recepção feita pelo interventor do Estado a este, reforçando o discurso de união e cooperação do interventor com as autoridades mais representativas do Exército nacional.

Com o estado de beligerância brasileiro, os militares de carreira tornam-se figuras constantes na imprensa oficial, tendo na pessoa do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, um perfeito exemplar de soldado-cidadão. Além de noticiarem as ações dos militares brasileiros, na preparação e arregimentação de homens, a imprensa também tratava de propagar o papel dos militares das forças aliadas, que, já há algum tempo, combatiam no teatro de guerra. O heroísmo e o patriotismo desses homens, ressaltados nesses noticiários, articulavam-se com a conclamação dos órgãos oficiais, para que o povo em geral cumprisse com o seu dever, enquanto cidadãos, participando da mobilização nacional e de forma específica da mobilização militar.

É importante lembrar que o Exército, no início da década de 1930, era uma força fragmentada e conflituosa, tendo como uma das razões questões políticas partidárias, presentes dentro da corporação, resultando em conspirações de generais e conflitos, envolvendo militares dentro dos quartéis. Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, e principalmente com a instalação do Estado Novo, ganhou força o projeto que eliminava a política partidária dentro da corporação, tendo como destaque as figuras de Góes Monteiro e Dutra (CARVALHO, 2005).

Dessa forma, foi com esse novo Exército, tendo à frente figuras como Góes Monteiro e Dutra, que se iniciou o processo de arregimentação de jovens brasileiros para a guerra. O Sr. Francisco de Sousa Primo (2007), sorteado, em 1943, para prestar o serviço militar no 25º Batalhão de Caçadores, e convocado, como reservista, no final de 1944, período em que o governo divulgava na imprensa a remessa de um corpo expedicionário, para lutar junto aos aliados no conflito mundial, relembra o seu ingresso no Exército, no momento de mobilização nacional:

Eu me criei no interior, trabalhando de roça [...]. Quando cheguei ao Exército, fui submetido aos exames [...] todo mundo sabe que antigamente havia o sorteio, o que saía sorteado tinha que ir, e só deixaria de servir o Exército se tivesse um caso, fosse deficiente, não fosse normal; mas eu passei em todos os exames [...]. Nessa época, em setembro de 1943, eu já era casado; casei no dia 31 de julho de 1943 e fui chamado. Estava com 40 dias de casado. Fui incorporado, e tive uma baixa [...] em outubro de 1944. E vim para minha terra, quando, em poucos dias fui chamado para ir para a guerra [...].

A trajetória deste ex-combatente se aproxima da trajetória pessoal de muitos jovens que prestaram o serviço do Exército na guarnição federal de Teresina, nos anos em que o País estava imerso no estado de beligerância. Homens de hábitos rurais, em sua maioria, foram convocados em um momento no qual os quartéis necessitavam de homens aptos, física e psicologicamente, para a defesa do território nacional e para a formação de um corpo expedicionário.

As juntas militares existentes na capital e no interior do Estado, localizadas nas prefeituras, eram os órgãos responsáveis por alistar os jovens de 18 anos, como o Sr. Primo, que, obrigatoriamente, teriam que cumprir com o Serviço Militar. Passado o alistamento, se sorteados, os jovens deveriam se apresentar à 26ª Circunscrição de Recrutamento (CR) em Teresina, onde eram encaminhados ao 25º Batalhão de Caçadores (BC), também localizado na Capital, juntamente com um ofício, para que fosse feita a inspeção médica através da Junta Militar de Saúde (JMS), existente no próprio Quartel.

Nessa inspeção, eram feitos os exames físicos e psicológicos, que constatariam se os examinados estavam aptos, incapazes temporariamente ou incapazes definitivamente para o serviço do Exército.¹ Para os examinados e considerados incapazes definitivamente para o serviço do Exército, o BC fornecia um certificado de isenção do Serviço Militar, que lhes dispensava do cumprimento das obrigações militares, seja para o candidato a recruta, seja para o reservista convocado ou o voluntário (BI nº 130, 26ª CR, 1945, p.403). Os julgados incapazes temporariamente deveriam, após o tempo estipulado pela Junta, fazer nova avaliação. E os considerados aptos ingressavam imediatamente na vida do Quartel. Ao ingressarem no Quartel, estes

¹ A inspeção de saúde era algo que acontecia cotidianamente no quartel, tanto para aqueles que podiam ingressar como recrutas quanto para os reservistas convocados e voluntários, como para praças e oficiais do B.C de acordo com as regras do Exército. Como exemplo ver: PIAUÍ. B.I n. 122, 25º B.C, de 27 de maio de 1944, p.610; B.I. n. 138, 25º BC, de 15 de junho de 1944, p. 950, entre outros.

homens passavam por um processo de disciplinamento que intencionava prepará-los para o seu dever enquanto soldados-cidadãos, idéia muito ressaltada na mobilização, que era a de defender a Pátria, nem que fosse com a própria vida.

Em relação à instrução, os que ingressavam no Quartel, com menor escolaridade ou não escolarizados, a grande maioria, deveriam frequentar a Escola Regimental, que era anexada ao Batalhão, e que oferecia cursos, tanto aos soldados alfabetizados quanto aos analfabetos (BI nº 190, 25BC, 1944, p. 1178).

Todos os soldados recebiam formação geral de instrução física (ginástica, combate e baioneta), educação moral e instrução geral, ordem unida, maneabilidade, armamento e material, tiro, organização do terreno e combate e serviço em campanha. Ainda dentro dessa formação, os soldados poderiam se encaminhar para determinados grupamentos, também através de cursos, sendo-lhe exigidas especialidades, tais como: Telemetrista, Transmissões, Telefonistas, Saúde, Veterinária, Condutores, Sapadores, Observação e Artífices. Os cursos e exames eram feitos pelo próprio BC, com oficiais do quartel designados pelo comandante. (BI nº 81, 25BC, 1945, p. 358-361)

O 25º Batalhão de Caçadores também possuía um Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva, o NPOR. Esse curso era frequentado pelos ingressos do Quartel que possuíam o Ensino Secundário ou equivalente, ou ainda se já tivesse iniciando um curso superior. Para avaliar os aspirantes a oficiais, se considerava a frequência no curso como também as notas das avaliações, que eram feitas no decorrer da preparação.

O Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva terminou o primeiro ano fundamental de seu curso em dezembro de 1943, com um acampamento realizado nos terrenos do *stand* de tiros da Força Policial do Estado. Foi ressaltada, em matéria veiculada no *Diário Oficial*, a necessidade da boa preparação da mocidade para as eventualidades da guerra em curso. Apesar das dificuldades do curso em relação à escassez de materiais, foi elogiada a capacidade dos oficiais que ministravam as aulas, ao aliarem o conhecimento técnico com a realidade prática (DIÁRIO OFICIAL, 28 dez., 1943, p.04).

Não se pode aqui afirmar em que condições se davam esses cursos, mas imagina-se que havia uma série de limitações em relação a material, local de treinamento e instrução, como em outros quartéis do País. Francisco César Ferraz (2005, p. 44), afirma que “[...] a força terrestre brasileira, em 1942, refletia fielmente as

carências de toda ordem de sua sociedade [...]. Era composta por equipamentos antigos e obsoletos, a doutrina de formação do soldado era incompatível com as exigências modernas, além da precariedade de higiene, saúde e alimentação.

Esses homens que prestavam o serviço do Exército e recebiam uma instrução deficitária, no período de beligerância brasileiro, se tornavam fortes candidatos a ingressar no contingente expedicionário, pelo grande número de reprovações, nos exames de saúde dos militares da ativa e dos reservistas convocados. Em relação às instruções de ordem prática, recebidas pelos soldados convocados, no Quartel do 25º BC, no período da mobilização de guerra, o Sr. Francisco de Sousa Primo (2007), na composição de suas memórias, recorda sua experiência:

[...] instrução de toda natureza corria por dentro da cidade e, naquele acelerado, [...] umas marchas muito pesadas, acampamento de quinze dias. No mês de abril de 1944, o inverno foi muito bom, passamos 15 dias lá para as bandas da granja centro, que hoje tudo é cidade; nesse tempo, era mato. Aqui no Jóquei, passamos 15 dias andando nos matos, fazendo treinamento, instrução de guerra. Acho que era até pior do que lá na guerra, chovendo, e a gente acampado dentro dos matos [...]. Os soldados carregando a mochila, a casa de morada, nas costas, naquela mochila que ia coberta de lona. E a gente montava, abria assim um jirau, e ficávamos ali deitados naquelas caminhas, forradas com palha de pau mesmo, e embaixo a água correndo [...] nesse período de 15 dias, e as muriçocas e os mosquitos em cima [...].

O ex-combatente, ao constituir sua memória sobre o período em que era recruta, supervaloriza a instrução que era dada no Quartel de Teresina, chegando mesmo a achá-la mais intensa do que os momentos pelos quais passou combatendo na Europa, contrariando informações que apontam as deficiências encontradas nas unidades militares do País, quando estas tiveram que formar contingentes para serem incorporados à FEB.

Pode-se compreender a narrativa do Sr. Primo, através da noção de memória apresentada por Alistair Thomson (2001, p.86-87), que trabalha com a idéia de que “[...] compomos memórias que ajudem a nos sentirmos relativamente confortáveis com nossas vidas e que nos deem um sentimento de serenidade [...]”. O autor acrescenta ainda que se compõem memórias que façam com que se seja aceito socialmente ou por determinado grupo. Sendo assim, pode-se inferir que o ex-combatente apresenta uma memória que o coloca de forma confortável com os pracinhas piauienses, produzidos oficialmente como soldados destemidos, como também com o próprio Exército e,

especificamente, com o 25º BC, que, em algumas comemorações, ainda fazem lembrar da participação na Segunda Guerra de um contingente piauiense.

Através da solenidade de “compromisso dos recrutas”, organizada no período de guerra pelo comandante do 25º BC, pode-se ter uma percepção panorâmica do que se exigia dos jovens soldados, fortes candidatos a expedicionários, ao ingressarem na caserna. Ao prestarem juramento à Bandeira, “heróis” militares, como Floriano Peixoto e Duque de Caxias, eram rememorados, sendo que os jovens soldados teriam, nesses homens, a imagem de militares ideais que deveria ser seguida (CASTRO, 2002).

O comandante da Guarnição Federal, ao dirigir-se aos recrutas na solenidade acontecida, em 1943, na Praça Pedro II, lembrava-lhes dos juramentos que deveriam ser cumpridos durante aquele ano de serviço militar obrigatório:

Meus jovens camaradas! Chegou para vós o vosso maior dia – Dia de gala, dia de festa, dia em que, ante a nossa Bandeira, símbolo de fé, símbolo sacrossanto de nossa Pátria, prestastes o mais sério e o mais solene dos juramentos. O mais sério e o mais solene, porque firmastes com a Pátria um pacto de honra, em que vos comprometestes a defendê-la até com sacrifício da própria vida; a vos dedicar com afinco, com ardor e com vontade ao seu serviço, de modo a colaborar no seu progresso e no seu desenvolvimento; a obedecer aos vossos superiores e hierárquicos que, mais experientes e mais velhos, saberão vos conduzir sempre na trilha do bem, do dever e da disciplina consciente, em que cada indivíduo sabe o que quer e o que está fazendo (BI nº 135, 25 BC, 1944, p. 1000).

Apesar de o comandante, em seu discurso, não falar diretamente na mobilização militar, pela qual passavam os quartéis do País, deixava claro qual o tipo de soldado era solicitado naquele momento. Necessitava-se de um soldado-cidadão que tivesse orgulho em servir à Pátria e que se submetesse a qualquer tipo de diversidade, para cumprir com o seu dever, que era defender a Pátria “até com o sacrifício da própria vida”.

A idéia do soldado-cidadão, muito enfatizada no estado de guerra, começou a ser pensada no Brasil ainda no período imperial. A primeira lei relativa ao serviço militar obrigatório no País foi aprovada em 1874, e não chegou a entrar em vigor. A Constituição de 1890 declarou a obrigatoriedade do serviço militar, mas “[...] a lei necessária à sua aplicação, que exigia um ano de serviço militar com seleção por sorteio, não foi aprovada até 1908 [...]” (McCANN, 1982, p 16; 40). Foi somente em 10 de dezembro de 1916 que aconteceu o primeiro sorteio militar, fazendo com que, pela primeira vez, jovens brasileiros de 21 anos, os chamados soldados-cidadãos, ingressassem obrigatoriamente na caserna, cumprindo seu dever para com a Pátria.

Em Teresina, o presidente da Junta de Alistamento Militar era o prefeito Lindolfo Monteiro, que tinha como responsabilidade alistar os jovens que estivessem em idade de cumprir o serviço militar obrigatório. Em cada cidade do interior, a Prefeitura, com sua junta de alistamento militar, tendo como presidente o prefeito, era a instituição responsável por alistar os jovens da região; e, caso fossem sorteados, também tinha como obrigação encaminhá-los até a Circunscrição Militar, na Capital.

O ex-combatente Claudísio Torres (2007), que morava em Teresina, soube, por carta, que havia sido sorteado para o serviço do Exército. Já o ex-combatente Francisco de Sousa Primo (2007), que vivia no interior do Estado, foi informado que devia prestar o serviço do Exército pela Junta Militar da cidade de Piripiri, tendo que vir a Teresina para a sua apresentação:

[...] quando fui sorteado, metido num terno de brim branco, parecendo gente, cheguei a Teresina. Daqui até lá, era feito uma raspagem [...] uma carroçal, que Deus me perdoe, o barro cobria em cima. Quando chegamos, fomos para [...] CSM. Era lá que a gente se apresentava primeiro, parecendo porcos dentro de um barreiro. Em seguida, veio o comboio de recrutas daqui de Piripiri. Era muita gente, todos sujos que fazia pena [...].

Através das memórias do ex-combatente, que se tornaria recruta no 25º BC, em 1943, podem ser constatadas as dificuldades pelas quais os jovens do interior do Estado teriam que passar, até se apresentarem na Circunscrição de Recrutamento, devido, nesse caso, à falta de transporte, como também à própria condição das estradas à época. Nesse período, Leônidas Melo dava conta de que Teresina estava ligada, pelas rodovias, a todos os municípios do Estado. No entanto, a narrativa do ex-combatente aponta para as condições precárias das estradas piauienses no período de mobilização.

Terminado o prazo de um ano vivenciado no Quartel, adquirindo formação militar, o jovem se transformava em reservista, podendo ser posteriormente convocado pelo Exército em caso de necessidade de preenchimento de claros nos contingentes. Um exemplo desses casos foi o do Sr. Francisco de Sousa Primo (2007), ex-combatente, que prestou o serviço do Exército no período da mobilização de guerra, sendo posteriormente, convocado como reservista:

[...] Esse período aqui era de muito trabalho, muita dificuldade, porque estava em tempo de guerra, estavam preparando o pessoal para a guerra; as instruções eram muito forçadas, muito rigorosas, mas para mim foi muito bom. Pelo motivo: eu servindo incorporei na 3ª Companhia, depois fui transferido para a 2ª Companhia, lá passei o ano (um ano e um mês) foi o período que servi no primeiro tempo. Como soldado aqui no Brasil, foi muito

bom, porque apesar de eu ter pouca instrução, mas tive boa vontade, cumpri, acho que cumpri o meu dever direitinho [...].

O cumprimento do dever e a imagem do bom soldado produzida sobre si nesta fala do depoente aparecem nas falas de outros entrevistados, também ex-combatentes, que fizeram parte do contingente piauiense incorporado à FEB. Falas que geram certa estabilidade na memória desse grupo, pelo menos em relação a seus papéis, enquanto soldados-cidadãos exigidos naquele momento. Nota-se, através dessas narrativas, que as experiências individuais desses homens ajustaram-se, em suas memórias, ao ideal de soldado produzido pelos órgãos oficiais no estado de guerra, e que ainda permanece vivo na memória do Exército Brasileiro. Sobre essa questão podemos acrescentar a perspectiva de memória de Michel Pollack (1989, p. 05) onde este afirma que embora “[...] na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas [...] não remete forçosamente à oposição entre Estado e sociedade civil”.

Assim como eram publicados, no *Diário Oficial*, os editais de chamamento com a lista de nomes de sorteados que deveriam comparecer à Circunscrição de Recrutamento, para depois serem incorporados ao Exército, igualmente acontecia com os chamamentos de cidadãos reservistas. Estes deveriam comparecer à Junta de Revisão e Sorteio na 26ª CR, e depois ao 25º Batalhão de Caçadores. Os editais encaminhados aos jovens reservistas do Estado apareciam quase que diariamente no *Diário Oficial*.

Muitos reservistas não compareciam ao chamado do Exército, e alguns não eram encontrados nos endereços informados à 26ª CR. Os reservistas que não informavam a mudança de suas residências podiam sofrer multas e prisões por deserção. O desertor era tido como o avesso do soldado ideal, em razão de fugir aos seus deveres de patriota, assim como macular a “memória gloriosa do Exército brasileiro”.

Além dos editais e dos chamamentos patrióticos encaminhados aos jovens piauienses, a produção de matérias e uma propaganda de mobilização militar tornaram-se mais intensas, também, a partir de julho de 1943. Em 25 de julho desse mesmo ano, foi reproduzida, no jornal *Gazeta*, uma matéria de Silvino Monteiro de Souza, militar responsável pela propaganda do voluntariado. Nela, são enfatizadas as razões que fizeram com que o País participasse da guerra, haja vista que, segundo o tenente, o Brasil podia ser considerado tradicionalmente como pacífico. Ressaltava-se a

necessidade da criação de instrumentos de segurança para o País, entre eles, a mobilização militar. Sendo assim, para o propagandista, o Ministério da Guerra abriu o voluntariado, para que os jovens patriotas pudessem contribuir com a defesa do País incorporando-se às fileiras do Exército:

Eis aí, Mocidade do meu País! Quanto de mais auspicioso, de mais significativo para esta grande Nação, tão jovem como forte, do que esse ato de alta visão cívico-militar, de lançar a oportunidade para que cada cidadão receba, nesta hora grave que atravessamos, por suas próprias mãos, a quota de responsabilidade que lhe cabe perante a consciência nacional! (GAZETA, 25 jul.1943, p. 2).

A tradição militar brasileira, com seus grandes acontecimentos e heróis, criados pelos próprios órgãos oficiais, era lembrada. De acordo com a propaganda de mobilização, assim como os antepassados demonstraram o seu heroísmo, quando solicitados pela Pátria, o mesmo aconteceria com os homens mobilizados naquele estado de beligerância. Enfatizavam-se, nas matérias, os procedimentos utilizados pelo Eixo, para justificar o ingresso voluntário de jovens brasileiros no Exército nacional, entre eles, a traição de inimigos que pregavam ideologias destrutivas e, principalmente, os afundamentos de navios brasileiros, acometendo dezenas de vítimas.

Para o propagandista, era chegada a hora de defender a Bandeira do País e provar o amor à Pátria, através do ingresso de voluntários nas fileiras do Exército. Eis a forma como o responsável pela propaganda do voluntariado se remetia, à época, aos possíveis jovens voluntários:

[...] Ide! Ingressai voluntariamente nas fileiras do Exército! Deixai por um momento as folhas cheias da carnaúba, o vosso gado das “caatingas”, a vossa faina civil, e procurai a Caserna! Lá – naquela Escola de Ordem e Disciplina – receberéis os ensinamentos precisos, necessários à vossa formação de SOLDADO e indispensáveis à condição de verdadeiro Cidadão! Estareis, ombro a ombro, com cada um de vossos camaradas, ao lado de Antonio João no supremo sacrifício! Vereis Osório carregando em Tuiuty, ouvireis de perto as baterias de Mallet, sentireis os passos coléricos de heróis moribundos, arrastando a metralha, empunhareis com orgulho a espada invicta de Caxias! [...] (GAZETA, 1943, 25 jul. p. 2).

Esse trecho da propaganda volta-se principalmente para os homens do sertão, como o ex-combatente Francisco de Sousa Primo, aos jovens que tinham uma vivência campestre, acostumados à vida rústica, ao ar livre, afastados dos ares da vida urbana e da disciplina da caserna. São esses homens do campo, em sua maioria, que serão

convocados para ingressarem na Força Expedicionária Brasileira e que deveriam estar em pé de igualdade com os soldados dos exércitos que combatiam em *front* europeu.

Em julho de 1943, foi lançado edital pelo 25º BC, dando conta da abertura do voluntariado, para o preenchimento de claros decorrentes da mobilização. O discurso oficial reforçava a ideia, muito divulgada no estado de guerra, de que a mocidade piauiense, assim como a de todo o território nacional, acorria aos chamados da Pátria. Com a abertura do voluntariado, ainda de acordo com o produzido pela propaganda, surgia a oportunidade de a juventude piauiense, conhecida pelo “ardor cívico e sempre atendente aos reclames da Nação”, agora em mobilização de guerra, servir ao “glorioso” Exército: “[...] os claros do 25.º BC hão de ser postos disputados pelos sentimentos do dever, pela consciência cívica, e pela convicção de lealdade dos nossos patrícios” (DIÁRIO OFICIAL, 5 jul. 1943, p. 8).

A formação e a organização de um corpo expedicionário, no mês de julho de 1943, mostravam-se consolidadas, sendo que a mobilização militar que acontecia em todo o território brasileiro, com a convocação de reservistas e a abertura do voluntariado, fazia com que os selecionados se tornassem fortes candidatos a expedicionários que lutariam em *front* externo. A produção de uma propaganda oficial, encaminhada a esses jovens cidadãos do sexo masculino, foi um instrumento vastamente utilizado nos jornais locais, sendo que, através desse meio de comunicação, o jovem piauiense era cotidianamente evocado para o cumprimento de seu dever que era a defesa da Pátria.

É interessante ressaltar que, apesar de a propaganda oficial exigir, dos jovens convocados, ações referenciadas em uma “heróica” tradição militar, as condições de vida do aquartelado brasileiro, às vésperas do estado de beligerância, limitavam-se à formação de um soldado apegado aos apelos patrióticos. A vida do soldado na caserna, naquele período, não era das melhores. Faltava higiene nas acomodações, a alimentação era de péssima qualidade, os equipamentos eram velhos e obsoletos, a munição era rara, as fardas eram feitas com tecidos de má qualidade, e “[...] o que era pior, o Exército repetia em grande parte e talvez inevitavelmente [...] os piores elementos da estratificação da sociedade brasileira [...]” (NEVES, 1992, p.80-81). Imagina-se, dessa forma, que as práticas cotidianas dos jovens soldados deslocavam-se entre as

imposições discursivas produzidas pelos dispositivos de controle social e a fabricação criativa dos sujeitos diante dessas produções².

Mesmo com as precárias condições de vida do soldado brasileiro do início da década de 1940, encontram-se constantemente nos Boletins Internos do 25º Batalhão de Caçadores, no período da mobilização militar, a informação de encostados, civis voluntários, que esperavam pela seleção médica do quartel, para, posteriormente, serem incorporados à Unidade. Uma das possíveis razões para entender-se o interesse que movia esses homens a ingressar nos contingentes do Exército, naquele momento de guerra, seria a produção propagandista feita pelo Estado, tanto em nível federal quanto estadual, com forte apelo patriótico. Outro possível motivo, que também deve ser levado em consideração, pode estar relacionado às próprias deficiências socioeconômicas pelas quais passava o País; razão pela qual “[...] alguns dos recrutados viam na instituição militar a garantia de um emprego, refeição, abrigo, que não teriam certeza de obter em outro lugar [...]” (FERRAZ, 2003, p. 60)

Não se sabe até que ponto essa propaganda de mobilização militar e a arregimentação de homens atingiram os jovens piauienses. Mas, quando aconteciam casos exemplares no Estado, que mostrassem seus efeitos, dando conta de que os jovens estavam atendendo aos “apelos da Pátria”, os noticiários tratavam de divulgar em lugar estratégico.

Além dos exemplos de jovens que se ofereciam para lutar em defesa da Pátria, os noticiários apresentavam constantes editais da 26ª CR, convocando jovens reservistas que não haviam comparecido aos chamados dos órgãos oficiais. Por conseguinte, no final do mês de julho de 1943, começaram a sair as primeiras listas com os nomes daqueles que não atenderam aos chamados dos editais de convocação, sendo considerados, desta forma, desertores do Exército. No edital de 28 de julho de 1943, assinado pelo comandante do 25º BC, major Adovaldo Figueiredo de Souza, foram listados 44 desertores (DIÁRIO OFICIAL, 1943, 3 ago. p. 06).

Em relação aos possíveis desertores, algumas justificativas foram pontuadas no *Diário Oficial*, para que os jovens reservistas piauienses não tivessem se apresentado quando da sua convocação. A matéria, ao discutir o que poderia ter acontecido com os

²De acordo com Michel de Certeau (1994, p. 39) “[...] a uma produção racionalizada, expansionista além de centralizadora, barulhenta e espetacular corresponde outra produção, qualificada de consumo [...].

não-apresentandos, afirmava que não era possível acreditar em falta de espírito patriótico e de cumprimento dos deveres de seus conterrâneos, já que estes sempre deram provas de devotamento cívico e respeito às leis. O que estaria acontecendo, então, para que esses jovens não respondessem ao chamado da Nação? Questionava o editorial que tentava encontrar uma resposta:

O que lhes está acontecendo deve, talvez, ser explicado por motivos outros. Embora ninguém se possa exculpar de falta ou crime alegando a ignorância da lei ou dos atos oficiais regularmente públicos, ocorre, porventura, a circunstância de que, pela deficiência dos nossos órgãos de publicidade, não lhes tenha ainda chegado ao conhecimento o edital de chamada para as fileiras. É possível também que, não se encontrando em Teresina alguns desses jovens, pelo fato de residirem no interior ou terem suas atividades desempenhadas noutros meios, ignorem efetivamente as publicações oficiais, mediante as quais têm sido convocados a comparecer à competente repartição (DIÁRIO OFICIAL, 3 ago.1943, p. 12)

Essas explicações, segundo o Jornal, podiam ser pertinentes ao caso, dirimindo a falta grave dos incursos. Entretanto, apesar de atenuar a gravidade da situação, que teria sido “criada involuntariamente”, foi chamada a atenção para as consequências advindas da deserção. Esta era prevista em lei como crime, e “[...] em todos os códigos de educação cívica, apontada como atitude desprimorosa e condenável [...]” (DIÁRIO OFICIAL, 3 ago. 1943, p. 12).

Dessa forma, percebe-se que, mesmo com uma legislação que obrigava o soldado a cumprir seu dever de cidadão, que poderia implicar fortes danos à convivência social para aquele que não a cumprisse, e à utilização dos meios disponíveis na produção de uma mobilização militar, que colocava esta como imprescindível à defesa da Pátria, as configurações históricas presentes no período da mobilização de guerra permitiam variadas vivências, muitas vezes, contraditórias ao modelo de sociedade e de soldado idealizado pelo Estado ditatorial.

Bibliografia:

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005

CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil da II grande guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p.13-28.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CARVALHO, Claudísio Torres de. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. 10 fev. 2007

FERRAZ, Francisco César. **A Guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira(1945-2000)**. 2003. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LIRA, Clarice Helena Santiago Lira. **O Piauí em tempos de Segunda Guerra: mobilização local e as experiências do contingente piauiense da FEB**. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e Letras – UFPI.

McCANN, Frank D. **A nação armada: ensaios sobre a história do exército brasileiro**. Recife: Guararapes, 1982.

NEVES, Luis Felipe da Silva. **A Força Expedicionária Brasileira: uma perspectiva histórica**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS da Universidade do Rio de Janeiro.

POLLACK, Michel. **Memória, esquecimento e silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 3-15.

PRIMO, Francisco de Sousa. Entrevista concedida a Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 30 out. 2007.

THOMSON, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. In: **História Oral**, n. 4, p. 86-87, jun. 2001.

Fontes:

PIAUI. BI n. 81, 25 B.C, 9 abr. 1945, p. 358-361.

PIAUI. BI n. 130, 26ª CR, 9 de nov. 1945, p. 403

PIAUI. BI n. 190, 25 B.C, 15 ago. 1944, p. 1178

PIAUI. BI n. 135, 25 B.C, 29 jun. 1944, p. 1000.

PIAUI. NPOR. Teresina, **Diário Oficial**, 28 dez. 1943, p. 4.

PIAUI. General Eurico Gaspar Dutra. Teresina, **Diário Oficial**, 18 mai. 1943, p. 1.

PIAUI. O VOLUNTARIADO NO EXÉRCITO. Teresina, **Gazeta**, 25 jul. 1943, p. 2.

PIAUI. Voluntariado – expressão de patriotismo. Teresina, **Diário Oficial**, 5 jul. 1943, p. 8

PIAUI. Ministério da Guerra. Teresina, **Diário Oficial**, 3 ago. 1943, p. 6.

PIAUI. Reservistas convocados e desertores. Teresina, **Diário Oficial**, 3 ago. 1943, p. 12.